

Ata da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói (**COMAN**) em 29 de novembro de 2023.

Realizada em plataforma virtual de videoconferência (*Google Meets*).

Pauta:

1. Apresentação e aprovação do Plano Municipal de Mata Atlântica - PMMA;
2. Aprovação da contratação do Plano de Manejo da Água Escondida;

Ata:

Estiveram presentes nessa reunião online os conselheiros: Victor de Moraes Lopes (SMARHS); Kenny Tanizaki Fonseca (UFF); Henriette Guarnieri Tubbs (FMS); Ricardo Lucio Picanço Portugal (CLIN); Manoel Alves (CDL); Gonzalo Cuevas (CCRON); Fatima Valeroso (SMU); Jorge Luiz Rodrigues (FAMNIT); Francisco (PGM)

Participantes:

Rafael Gonçalves (Ecosistema Consultoria Ambiental - OCA); Ana Paula Pimpao (Ecosistema Consultoria Ambiental - OCA); Fabiana Barros; NELTUR - Niterói Empresa de Lazer e Turismo; Rebeca Manso; OCA - Organização Coletivo Ambiental; Ricardo Garcia; Eric de Oliveira (SMDCG); Manoel Alves; Bruno da Silva (SMARHS); Janie Garcia da Silva (UFF); Cadu Amorim; Gisele Sessegolo; Jorge Rodrigues Silva; José Aurélio Caiut (Ecosistema Consultoria Ambiental - OCA); Louise Land Bittencourt;

O Secretário de Meio Ambiente e presidente do COMAN, Sr. Rafael Robertson de Oliveira Figueiredo esteve representado nesta reunião pelo Sr. Victor de Moraes Lopes, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói (COMAN). A ausência do Secretário de Meio Ambiente foi justificada pela sobreposição de reuniões no calendário de ações da Secretaria Meio Ambiente Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS).

A reunião ocorreu pela plataforma online do *google meets* tendo início com a fala do conselheiro Victor Lopes da SMARHS cumprimentando os presentes e solicitando o aguardo

para que se atingisse o número de quórum suficiente para o prosseguimento da reunião. Enquanto esperavam foi solicitado que os participantes colocassem no *chat* seus respectivos nomes, cargos e que instituição estavam representando.

A palavra é passada para Fabiana Barros, Diretora das Áreas Verdes da SMARHS, que cumprimenta a todos os conselheiros e demais ouvintes e segue para a apresentação da empresa Ecosystema Consultoria Ambiental, que foi selecionada para a elaboração do Plano Municipal de Mata Atlântica - PMMA no último ano em conjunto com os participantes do GT em reuniões, oficinas para a construção desse documento.

José Aurélio Caiut então inicia a apresentação em slides falando que o PMMA teve o começo da sua elaboração em 2022 com grande interface com a Prefeitura de Niterói em específico a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – SMARHS, com o setor de Áreas Verdes. A equipe de Ecosystemas teve uma equipe multidisciplinar contando com nove membros além dos participantes da Prefeitura e dos GTs. A partir então dos slides apresentados Caiut afirma que os PMMAs surgiram junto com a Lei da Mata Atlântica de 2006 que foi regulamentada pelo decreto de 2008, além de contar que a metodologia utilizada foi por Roteiro para a Elaboração e Implementação dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente de 2017, sendo ele indicativo e não mandatório, cabendo ao município ajustá-lo segundo as suas peculiaridades. Seus objetivos e aplicações são: **a)** conservar remanescentes da Mata Atlântica; **b)** aumentar a Mata Atlântica através de recuperação; **c)** diminuir pressões aos remanescentes (incluindo mudança do clima); **d)** conciliar com planos, programas, ações e leis existentes; **e)** conciliar com a estrutura do município (recursos físicos, humanos, financeiros e parcerias); **f)** conciliar com desenvolvimento econômico e social;

Toda essa elaboração passa por exatamente quatro etapas sendo a **1ª** (primeira) **a.** a formação de um grupo de trabalho; **b.** orientação estratégica prévia; **c.** programa de trabalho; a **2ª** (segunda) **a.** diagnóstico; **b.** objetivos específicos; **c.** áreas e ações prioritárias; a **3ª** (terceira) etapa é a aprovação do PMMA; e a **4ª** (quarta) e última **a.** implementação; **b.** monitoramento e avaliação; O diagnóstico, foi realizando tanto relacionado ao meio físico e ao meio biótico com informações básicas relacionadas ao município de Niterói, além de abordar as questões das espécies ameaçadas e indicadoras e a situação da fauna atualmente na cidade de forma que foi trabalhado com herpetofauna, avifauna e mastofauna. Esse diagnóstico é composto de quatro dimensões, sendo a primeira, para além do olhar físico e para a fauna, temos a questão territorial dos remanescentes de Mata Atlântica, e com base no mapeamento de 2019 de Niterói, foram elaborados mapas sobre a vegetação numa escala onde foi possível obter o resultado de 3.546,68 hectares de fragmentos florestais em estágio médio, seguido pelo estágio inicial de 1.595,34 hectares e 539,64 hectares no estágio avançado. Além disso dentre as formações pioneiras se destacam a Restinga e o Mangue, que anteriormente ocupavam porções mais extensas do município e hoje estão mais limitadas. Em seguida Caiut mostra no slide as quantificações exatas do uso e ocupação do solo em hectares, além do mapa elaborado a partir dos trabalhos realizados com base nos dados disponibilizados pela Prefeitura, feitos por levantamento de sensoriamento remoto, escaneamento laser da cobertura vegetal. Então dentro do TR da PMMA uma adaptação foi feita a pedido da Prefeitura com o levantamento de campo com instalação de 30 parcelas para conhecer um pouco mais desses fragmentos de vegetação, que foram instalados dentro de Áreas de Conservação e áreas particulares conforme indicação da SMARHS. Foram parcelas de 500 m<sup>2</sup> (20x50 metros), foi identificado a espécie, medido a DAP e a Altura total, localização determinada através de GPS e os cálculos foram realizados através do software Mata Nativa da Universidade Federal de Viçosa - MG. Como resultados tivemos, no estágio inicial, **18** parcelas, seguido da média de **8** e então o estágio avançado de **4** parcelas. As espécies mais abundantes foram: *Erythroxylum pulchrum* (arco-de-pipa), *Sparattosperma leucanthum* (cinco-chagas), *Piptadenia gonoacantha* (pau-jacaré), *Myrcia splendens* (guamirim), *Astronium graveolens* (gonçalo-alves); as espécies endêmicas foram: *Malouetia sessilis* (Vell.) Müll.Arg., *Meriania glabra* (DC.) Triana, *Swartzia submontana* R. B. Pinto, Torke & Mansano, *Symplocos glaziovii* Brand, *Zollernia glaziovii*, as espécies em perigo foram; [CR] Criticamente em perigo - *Swartzia submontana*, [EN] Em perigo - *Aspidosperma parvifolium*, *Coussarea bocainae*, *Paratecoma peroba*, *Urbanodendron bahiense*, *Zollernia glaziovi*, [NT] Quase ameaçada - *Cupania concolor* Radlk. [VU] Vulnerável - *Apuleia leiocarpa* (Vogel) J.F.Macbr., *Meriania glabra* (DC.) Triana, *Peltogyne*

*discolor* Vogel, *Euterpe edulis* Mart. Niterói, possui 10 UCs criadas que protegem **74,8%** do território, abrangendo 9.670,50 há, sendo duas estaduais e oito municipais, além de outras áreas ambientalmente protegidas. Dentro do plano há uma comparação com sobreposições de unidades de conservação e o que chama atenção de forma positiva é que as UCs no município recebem ações sistêmicas de manejo e contemplam juntas 45 trilhas mapeadas, entre elas, a Rota Charles Darwin que integra a Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso e Conectividade. Atualmente, enquanto esse estudo estava sendo feito, encontra-se em fase de criação o Parque Natural Municipal Dora Hees de Negreiros - Morro do Morcego, resultado da recategorização de parte da APA da Fortaleza de Santa Cruz e dos Fortes do Pico e do Rio Branco, de forma que se somam a esses números 2.508,60 ha de áreas protegidas por RL e APPs. Para além do que foi citado, foram analisadas e considerados ainda na situação dos remanescentes para a elaboração do PMMA como as demais Áreas Protegidas, Áreas Naturais Tombadas, Bacias Hidrográficas, Declividade e Áreas de Risco.

Passando agora para a 2ª (segunda) Dimensão, onde foi abordado as questões dos vetores de desmatamento e/ou destruição da vegetação nativa nas Oficinas Públicas de Mobilização Social, os quais participaram membros do GT, membros do COMAN, representantes de outras instituições do Poder Público, da iniciativa privada, das organizações sociais e da sociedade civil, com participação e envolvimento das Administrações Regionais de Niterói. Como resultado foram produzidos dois mapas que são fatores de pressão, sendo o que o primeiro aborda vetores de desmatamento e degradação; ameaça a biodiversidade; as consequências das mudanças climáticas; o segundo aborda atividades econômicas; pressão imobiliária; características e fatores relevantes do processo de uso e ocupação do solo; infraestrutura futuras projetadas. Neste estudo foram realizadas modelagens a partir de dados disponibilizados pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC-INPE), de regionalização de Modelos Climáticos Globais (MCG) a partir do Modelo Climático ETA-CPTEC, acoplado aos modelos climáticos globais HadGEM2-ES e MIROC5, para dois cenários de emissões de gases de efeito estufa (RCP 4.5 e 8.5), considerando o período histórico 1961-2005, como linha de base, e as projeções futuras para a média dos anos 2011-2040, 2041-2070 e 2071-2099. Dentro do plano os resultados obtidos das projeções de duas tabelas, sendo a primeira de verão e a segunda de inverno. Na de verão temos em projeção de **1961-2005: HadGEM2-ES 24°C / MIROC5 18°C; 2011-2040: HadGEM2-ES 26°C / MIROC5 22°C; 2041-2070: HadGEM2-ES 26°C / MIROC5 22°C; 2071-2100: HadGEM2-ES 28°C / MIROC5 24°C.** Na de inverno temos as projeções **1961-2005: HadGEM2-ES 18°C / MIROC5 20°C; 2011-2040: HadGEM2-ES 20°C / MIROC5 20°C; 2041-2070: HadGEM2-ES 22°C / MIROC5 22°C; 2071-2100: HadGEM2-ES 24°C / MIROC5 22°C.**

Passando para a 3ª (terceira) Dimensão, onde foi realizada uma análise da capacidade de gestão do município em conservar e recuperar a Mata Atlântica. Corresponde ao arcabouço normativo, aos arranjos institucionais e ao cenário político, responsáveis pela gestão ambiental do município. Na 4ª (quarta) Dimensão, tratamos dos Planos e Programas que em Niterói, foram levantadas as iniciativas locais como o Plano Diretor e a Política de Mudanças Climáticas que convergem para ações de arborização urbana, reconhecidas internacionalmente com o selo de "Cidade Árvore do Mundo". Destaca-se a importância da educação ambiental e da participação social, envolvendo a sociedade na conservação da Mata Atlântica através de iniciativas como Escolas Sustentáveis e programas de Educação Ambiental da Companhia de Limpeza de Niterói.

Tratando agora da questão dos objetivos do PMMA, se apresentam: Conservar e preservar a Biodiversidade no município de Niterói; Identificar, divulgar, sinalizar e implantar as UC existentes e identificar outras áreas de Mata Atlântica prioritárias para criação de novas UCs e outros mecanismos de conservação da biodiversidade; Identificar áreas prioritárias e realizar a restauração florestal no município; Identificar áreas prioritárias e realizar a recuperação de áreas degradadas; Buscar o subsídio integral para todas as ações previstas no PMMA em Niterói através dos recursos disponíveis no Fundo Nacional da Mata Atlântica e no Fundo Municipal de Meio Ambiente; Prospectar recursos financeiros complementares públicos ou mesmo privados para execução de ações previstas no PMMA; Executar as ações do PMMA dentro de sua escala de prioridade, que pode ser revista em função do programa de monitoramento e situações emergenciais; Criar e manter um programa de monitoramento permanente sobre a Biodiversidade, os Serviços Ambientais e Ecosistêmicos e as Mudanças Climáticas em Niterói através de realização de pesquisas continuadas e execução de trabalhos técnicos; Realizar ações de Educação e Sensibilização Ambiental em Niterói; Fomentar o turismo ecológico no município; Criar programas de voluntariado para conservação e monitoramento da Mata Atlântica em Niterói. As oficinas trouxeram esses objetivos e também uma lista de Áreas Prioritárias como o **Sítio 1**: Faixa marginal de rios e lagoas, onde a estratégia para proteção e recuperação das principais áreas ribeirinhas, inclui restaurar as faixas marginais, eliminar plantas exóticas, proteger a mata ciliar, demarcar áreas de preservação permanente (APPs), monitorar efluentes, e instalar barreiras para resíduos sólidos. Essa ação prioritária visa manter o equilíbrio hídrico, a biodiversidade e prevenir inundações, especialmente em áreas não urbanizadas ou com corpos hídricos canalizados, exigindo medidas de controle para proteger o fluxo de água, desassorear canais e remover vegetação exótica, tendo o grau de prioridade extremamente alto; **Sítio 2**: Áreas de Preservação Permanente de nascentes e de encostas florestadas, onde deve-se buscar e estimular a restauração, recuperação e proteção da floresta nativa, manejar e controlar espécies invasoras, promover o reflorestamento com essências nativas, buscando a substituição gradativa das espécies exóticas presentes nessas áreas, tendo o grau de prioridade extremamente alto; **Sítio 3**: Restingas, onde deve-se buscar delimitação, proteção e a restauração das áreas de restinga e promover a pesquisa e a produção de mudas para a recuperação destas áreas. A meta inicial é barrar a supressão dos fragmentos de restinga e, ao longo do tempo, aumentar a área no município ocupada por esse ecossistema e incrementar a diversidade biológica desses fragmentos, tendo o grau de prioridade extremamente alto; **Sítio 4**: Ecossistemas de manguezais associadas às florestas de restingas, onde deve-se conservar e restaurar os manguezais, principalmente

aqueles que possuem pouca urbanização em seu entorno a fim de promover seus serviços ecossistêmicos. Além da prestação de serviços ecossistêmicos à comunidade do entorno, sua importância está associada à resiliência e proteção da cidade contra eventos de extremo climático, tendo o grau de prioridade extremamente alto; **Sítio 5:** APA do Morro Gragoatá, onde deve-se promover a restauração florestal e recuperação das áreas degradadas. O Morro do Gragoatá é uma área importante para a dispersão de espécies, abrigo da fauna e para prestação de serviços ecossistêmicos à comunidade do entorno, tendo o grau de prioridade alta. **Sítio 6:** Topos de morros (Morros do Holofote, Vila Ipiranga, Boa Vista e Vital Brasil), onde o foco é restaurar áreas degradadas em morros, envolvendo a comunidade local. Isso inclui criar trilhas para impulsionar o turismo comunitário, envolver associações de moradores na produção de mudas em hortos florestais nos morros e delimitar áreas para recuperação e criação animal. Implementar um sistema de trilhas georreferenciadas para mirantes é parte do plano, visando ampliar a cobertura florestal e fortalecer atores locais no reflorestamento e turismo comunitário, tendo o grau de prioridade alta. **Sítio 7:** PESET, onde deve-se fortalecer o manejo do Parque, adequando equipe e infraestrutura para atender seus objetivos de conservação. Isso inclui a restauração florestal em áreas com ausência de sub-bosque e presença de espécies exóticas para estimular processos naturais de sucessão. Na Zona de Amortecimento (ZA), busca-se reforçar a cobertura florestal recuperando áreas degradadas, onde for possível em acordo com a legislação vigente, tendo o grau de prioridade alta. **Sítio 8:** Área de Proteção Ambiental da Fortaleza de Santa Cruz e dos Fortes do Pico e do Rio Branco que são áreas com grande potencial de conectividade entre Ucs de proteção integral para favorecer a conservação da fauna e da flora, a manutenção dos recursos hídricos e a qualidade de vida da população, tendo o grau de prioridade alta. **Sítio 9<sup>1</sup>:** Fragmentos florestais da Região Leste, Região Pendotiba e alguns da Região Norte (Santa Bárbara, Baldeador, Florália, e outros limítrofes a Pendotiba), onde deve-se estimular e buscar a restauração, recuperação e proteção da floresta nativa, manejar e controlar espécies invasoras, promover o reflorestamento com essências nativas, controlar os efeitos de borda, buscando a substituição gradativa das espécies exóticas presentes nessas áreas, tendo o grau de prioridade muito alta; **Sítio 9<sup>2</sup>:** Fragmentos florestais da Região Leste, Região Pendotiba e alguns da Região Norte, onde, para fortalecer a conservação desses fragmentos, com base em uma análise de ecologia da paisagem foram identificados os fragmentos que atualmente não estão abrangidos por unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável (exceto a RESEX Marinha de Itaipu e a APA das Lagunas e Florestas) que devem ser protegidos. A indicação dessas áreas para criação de unidades de conservação, prioritariamente do grupo de proteção integral, envolveu fatores,

como o tamanho, estágio sucessional médio ou avançado, a forma dos fragmentos, a proximidade com outros fragmentos, declividade e a natureza da matriz que os separa, bem como a sua relação com as UCs existentes. **Sítio 10:** Fragmentos em estágio avançado de regeneração visto que dada a importância da vegetação da região, deve-se preservar os fragmentos em estágio avançado de regeneração que não possuem instrumento legal protetivo através da criação de novas UCs de Proteção Integral, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), ou determinação de um zoneamento restritivo, etc. Somam 539,63 há, tendo grau de prioridade alta. **Sítio 11:** Reserva Ecológica Darcy Ribeiro, a Reserva Ecológica Darcy Ribeiro é uma área de grande importância que merece atenção especial quanto à sua recategorização para uma das categorias de manejo presentes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e à revisão de seus limites, especialmente no que diz respeito à exclusão de áreas consolidadas e à inclusão de fragmentos circundantes igualmente relevantes, tendo grau de prioridade extremamente alto. **Sítio 12:** Áreas degradadas com possibilidade de restauração que tiveram definição das regiões indicadas selecionadas áreas degradadas sem ocupação e sem infraestrutura urbana, e que apresentam possibilidade de restauração ambiental, tendo como grau de prioridade alta.

Entrando então nas questões de Ação para a Gestão Ambiental, temos em pesquisa e monitoramento a meta de conhecer de forma mais detalhada os recursos naturais nas UCs tendo alto grau de prioridade, e sobre o monitoramento através de Parcelas Permanentes (SisPP), temos como meta estabelecer, mensurar e monitorar no mínimo cinquenta Parcelas Permanentes, abrangendo fisionomias distintas do Bioma Mata Atlântica no município de Niterói, tendo alto grau de prioridade. Sobre o Manejo, recategorização e criação de Unidades de Conservação, temos como meta criar UCs municipais, especialmente do grupo de Proteção Integral, abrangendo os fragmentos mais conservados desprovidos de proteção específica, tendo alta prioridade. Sobre garantir as proteções de APPs, tendo como meta recuperar e proteger as faixas marginais de rios, nascentes e encostas através da substituição das espécies exóticas por nativas, o aumento da biodiversidade e ampliação de espaços para a fauna, tendo uma prioridade extremamente alta.

Sobre as Ações para Conservação e Restauração Florestal, temos a Capacitação na produção de mudas nativas e criação de rede de coletores de sementes, com a meta de criação de curso de capacitação, estruturação de espaço físico para produção de mudas e armazenamento de sementes de espécies nativas das formações florestais existentes no município de Niterói, com grau de prioridade alta. Abordando sobre a Recuperação de Áreas

Degradadas (RAD) a meta é recuperar as áreas degradadas, com área equivalente a 199,89 ha, por meio do plantio de espécies nativas do Bioma Mata Atlântica nas áreas das UCs, com o grau de prioridade alta. Sobre a implantação de Corredores Ecológicos temos como meta a implantação de corredores ecológicos conectando as UCs da região de Niterói, tem alto grau de prioridade. Caiut então apresenta nos slides um mapa das áreas sugeridas para implantação de corredores ecológicos e unidades de conservação, que foi construído com base em fragmentos, declividade, matriz de ocupação em seu entorno, localização das unidades de conservação. E sobre o Manejo, ampliação, requalificação e conservação de Parques e de Áreas verdes urbanas, temos como metas avaliar os parques e áreas verdes urbanas, identificando locais passíveis de enriquecimento arbóreo, ampliação. Reavaliar o uso dos espaços verdes como possíveis produtores de alimento para fauna, áreas de lazer e esporte, tendo alto grau de prioridade.

Entrando na última parte do plano, onde é abordado o Monitoramento e Avaliação, Caiut frisa como a monitoria e avaliação são fundamentais para garantir a interação e correção entre o planejamento e execução. Esse monitoramento documenta a implantação do Plano, identifica desvios nas ações propostas e avalia se o PMMA atinge seus objetivos na conservação e recuperação da Mata Atlântica. A avaliação permite ajustes participativos, usando indicadores específicos para cada ação. Recomenda-se encontros anuais do COMAN para monitorar e avaliar as ações, produzindo relatórios para os interessados. Além disso, é sugerida uma revisão do PMMA a cada 10 anos após sua aprovação pelo Conselho.

A apresentação é finalizada, e a palavra é então passada primeiramente aos conselheiros, sendo a primeira a falar, Henriette Tubbs. Tubbs inicia parabenizando a equipe da Ecosystema pela apresentação e a todos que se envolveram na produção em seguida Tubbs comenta que sentiu falta de um cronograma, uma estimativa de prazos em que essas ações fossem executadas, para que dessa forma a Secretaria pudesse se estruturar para construir esse monitoramento.

Caiut então responde as questões levantadas por Tubbs, afirmando que após debate interno com a equipe, ficou decidido que fosse aconselhado uma revisão em dez anos e não incluir um cronograma para que a prefeitura pudesse ter a autonomia de se organizar e lidar com as ações de forma adaptada com os recursos que tiverem acesso. Fabiana Barros então reitera a fala de Caiut, visto que estão acontecendo outros planos simultaneamente ano que vem, será necessário que a SMARHS tenha liberdade para se organizar.

A palavra é passada para o Professor Kennedy Tanizaki que também parabeniza a equipe e levanta algumas questões. A primeira é referente ao documento de Elaboração do Plano municipal de Conservação e Recuperação da Matra Atlântica (PMMA) do município de Niterói/RJ, na página 14, junto a "serviços ecossistêmicos", o professor colocaria "Conservação da Biodiversidade e da Conservação dos Estoques de Carbono", que são de grande importância. A próxima é na página 26, no mapa, Tanizaki pede que o termo "brejo" seja trocado para "marisma" visto que a área de alagamento da Lagoa de Itaipu, a área de mangue tem origem marítima. Na página 63, referente a composição do COMAN, gostaria que fosse incluído a UFF. E a partir da página 110 sobre as parcelas permanentes, o professor pede que seja dada mais atenção a essa questão. A partir da página 119, colocaria na questão da conservação da biodiversidade aspectos dos incêndios e queimadas florestais, e frisa esse tópico estar pontuado uma vez que temos as questões das mudanças climáticas urgentes, incluir também ações de combate a espécies invasoras tanto de fauna quanto de flora. Na página 122 sobre a sensibilização e educação ambiental incluir a divulgação da questão das mudanças climáticas.

A palavra então é passada para o conselheiro Gonzalo Cuevas, que pediu a inclusão de metas e pergunta se o PMMA passará pela Câmara Municipal, se será estabelecido por lei, decreto. Gonzalo frisa a questão das espécies exóticas. Outra observação é acerca da Ilha do Modesto e da Ilha do Pontal, além de que a Ilha do Tibau não aparece nos mapas. Há também uma necessidade de uma grande fiscalização e um trabalho constante, por exemplo na restinga de Camboinhas está surgindo uma quantidade considerável de leucena, e devemos agir já e fazer a retirada, caso contrário futuramente elas ocuparão toda a restinga. Sobre os mapas, não existe Rio Maravista, o que existe é Rio da Vala, não existe dois rios Arrozaís. Há alguns fatores que devem ser retomados como a revitalização do Rio João Mendes, esses são alguns detalhes que devem ser notados nos trabalhos do dia a dia. Agora, sobre declividade, há alguns locais no município, inclusive aparece no mapa uma área com risco de deslizamento no Cafubá e recentemente toda aquela área passou por aprovação de construção.

A palavra então é passada para Gisele Sessegolo que esclarece algumas dúvidas, uma delas é que a partir das orientações do Ministério de Meio Ambiente é que o PMMA seja aprovado pelo COMAN, então não há previsão ou obrigação a princípio de passar pela câmara de vereadores, visto que ele é considerado uma estratégia a ser executada pelos órgãos voltados ao meio ambiente. Sessegolo frisa que a questão do cronograma não ter sido criado devido a maleabilidade e acesso a recursos que a Prefeitura poderia vir a ter no processo de execução do plano.

A palavra é passada para Ricardo Garcia que afirma ter trabalhado na construção do plano e que por mais completo que o PMMA seja, algo será que ser acrescentado, dessa forma ele pede continuidade, ou seja, pede que o Plano seja enviado a Câmara assim como o Plano Diretor havia sido.

Em seguida é posto em votação a aprovação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) do município de Niterói/RJ com as ressalvas e observações feitas durante essa reunião. Sem nenhuma oposição a votação é aprovada por unanimidade dos presentes.

Seguindo para a próxima pauta, Aprovação da contratação do Plano de Manejo da Água Escondida, a palavra é passada para Fabiana Barros. Após conversa interna foi decidido fazer a contratação para o desenvolvimento do Plano de Manejo da Água Escondida. Já foi trabalhado a primeira oficina participativa e a partir desse ponto uma empresa assumiria a segunda metade do processo. Para isso foi criado um processo, as cotações já foram feitas, pesquisas de preço. No momento o processo está na Procuradoria para a licitação. Dessa forma a pauta é para aprovar a contratação, que está cotada na média de R\$200.000,00 (Duzentos mil reais). Victor Lopes corrobora que seguindo o exemplo da contratação de uma empresa como foi no caso para a elaboração do PMMA, a ideia é fazer o mesmo com o Plano de Manejo, visto que o fundo atual é de R\$17.961.000,00 (Dezessete milhões novecentos mil e seiscentos e um reais), então é possível obter um produto de qualidade.

A palavra é então passada primeiramente aos conselheiros, sendo a primeira a falar, Henriette Tubbs, que pergunta qual seria o produto objetivamente com essa contratação, visto que no caso da contratação para o desenvolvimento da PMMA foi algo total, e que ficou entendido que nesse novo caso seria apenas parcial.

Fabiana Barros a responde, afirmando que eles trabalharam no processo inicial, trabalhou no diagnóstico, e visto que o Plano de Manejo é composto por dois componentes, p primeiro é esse que foi feito pela SMARHS, onde é feita uma avaliação, dos recursos, valores fundamentais na primeira oficina, que foi feita para fomentar a construção desse plano. A segunda parte é justamente o planejamento, e por isso a proposta de contratação com base no que foi levantado. Então a ideia é aprimorar o que já foi produzido e fazer essa colaboração com a empresa que futuramente será contratada.

Desta forma é posto em votação a aprovação da contratação do Plano de Manejo da Água Escondida. Sem nenhuma oposição a votação é aprovada por unanimidade dos presentes.

Sem mais, a reunião foi encerrada ficando a próxima marcada para 26 de dezembro de 2023 às 15h.

Esta ata, após ser lida e aprovada pelos conselheiros, segue subscrita por mim em caráter de resolução.

Rafael Robertson de Oliveira  
Figueiredo  
Secretário de Meio Ambiente,  
Recursos Hídricos e  
Sustentabilidade.